

RCD no HABEAS CORPUS Nº 485.056 - AC (2018/0339039-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : CARLOS ROBERTO LIMA DE MEDEIROS E OUTRO
ADVOGADOS : JAIR DE MEDEIROS - AC000897
CARLOS ROBERTO LIMA DE MEDEIROS - AC003162
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : FRANCIELE DA SILVA LIMA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a liminar nos autos do presente *habeas corpus*, impetrado em favor de FRANCIELE DA SILVA LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre proferido no *Habeas Corpus* n.º 1002146-66.2018.8.01.0000.

Narram os autos que foi decretada a prisão preventiva da Paciente, em 05/02/2018 (fl. 51), cumprida em 08/02/2018 (fl. 52), pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006 (fl. 28).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, o qual foi denegado em acórdão ementado nos seguintes termos (fl. 55):

"HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA COM APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. PACIENTE COM FILHOS MENORES 12 ANOS E DETENTORA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. No caso, ainda que verificada a regularidade do decisor que determinou a prisão preventiva da paciente, a situação não se amolda-se à previsão do art. 318, inciso V, do CPP, vez que a paciente, embora genitora de infantes com idade inferior a doze anos, não goza de primariedade.

2. A Paciente não é detentora de condições pessoais favoráveis, eis que existe em seu desfavor execução provisória em curso, pela prática do crime previsto no Art. 33, da Lei de Drogas.

3. Não há que se falar em excesso de prazo, conquanto se trata de processo complexo, com pluralidade de réus e pedidos, além de que verificado que o mesmo segue seu curso normal.

4. Ordem denegada."

Neste *writ*, a Defesa alega ocorrência de constrangimento ilegal, sob o argumento de excesso de prazo para o julgamento, porque a "*paciente está presa há mais*

de 300 (trezentos) dias sem saber quando será julgada" (fl. 4).

Sustenta que *"se trata de ré tecnicamente primária, tem residência e domicílio no Estado, tem dois filhos menores de 12 anos que necessitam de seus cuidados, haja vista que o pai também se encontra preso, e ainda que uma futura reprimenda possa lhe ser mais benéfica do que a manutenção de sua prisão" (fl. 4).*

Ao final, requer liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para substituir a prisão preventiva da Paciente pela prisão domiciliar e/ou alvará de soltura com os compromissos da prisão domiciliar (fls. 23-24).

O pedido liminar foi deferido, nos termos da decisão de fls. 76-78, ao argumento de que os autos foram mal instruídos, pois a Parte Impetrante não juntou cópia da decisão que decretou a prisão preventiva da Paciente, documento imprescindível à solução da controvérsia.

O Requerente junta cópia do decreto constritivo e, por isso, busca a reconsideração da decisão que indeferiu a liminar.

Relatei.

Decido.

De fato, o provimento urgente foi indeferido porque o *writ* foi deficitariamente instruído, não restando demonstrados, pois, os pressupostos para a concessão da medida urgente requerida. Entretanto, mesmo após juntadas as informações pelos Impetrantes, a decisão deve ser mantida, uma vez que não observo, em juízo de cognição sumária, o requisito autorizativo da plausibilidade jurídica do pedido.

Ao que se tem dos autos, o excesso de prazo para o encerramento da instrução decorre da complexidade do feito e da *"pluralidade de acusados, conforme informações prestadas pelo Juízo Singular, restaram apresentadas diversas preliminares em sede de defesa prévia e os autos se encontram conclusos para decisão" (fl. 58).*

De fato, noticia o Juízo de primeiro grau (fls. 81-85) que a Paciente, no dia 20 de abril de 2018, foi denunciada junto com outros 37 (trinta e sete) réus, sendo que o feito aguarda o retorno de cartas precatórias determinando a notificação dos acusados que não apresentaram Defesa Prévia.

Assim, não se constata, *primo ictu oculi*, demora injustificada, tampouco desídia estatal na condução do feito, dadas as peculiaridades do feito, que conta com

pluralidade de réus, com advogados diferentes, várias testemunhas, além da necessidade de expedição de cartas precatórias.

Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. PERICULUM LIBERTATIS. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. É entendimento consolidado nos tribunais que os prazos indicados na legislação processual penal para a conclusão dos atos processuais não são peremptórios, de modo que eventual demora no julgamento do recurso de apelação deve ser aferida se levando em conta as peculiaridades do caso concreto.

2. Como destacado no parecer ministerial, trata-se de feito complexo, com pluralidade de fatos e de réus (oito), sucessivos desmembramentos, diligências e expedições de cartas precatórias.

3. Os autos foram recebidos na segunda instância há aproximadamente sete meses e, a despeito da conversão do feito em diligências, segue o trâmite regular.

4. A alta pena imposta ao paciente - 16 anos de reclusão - corrobora a ausência de excesso de prazo no caso, porquanto não é desproporcional o lapso decorrido desde o recebimento do apelo defensivo em segunda instância.

5. Ordem denegada com a recomendação à Corte estadual de que seja priorizada a análise da apelação." (HC 396.167/MA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe de 22/08/2018.)

No que diz respeito à prisão domiciliar, não se desconhece que o Supremo Tribunal Federal concedeu a benesse no *habeas corpus* coletivo (HC 143.641/SP, Relator Ministro Ricardo Lewandowski) às mulheres presas, gestantes, puérperas e mães de crianças menores de doze anos de idade ou portadoras de necessidades especiais, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas.

Contudo, no caso, ressaltou o acórdão impugnado que a prisão domiciliar *"se mostra inadequada, eis que não se trata de Paciente que goze de primariedade"* (fl. 65), pois possui outra ação penal em curso, com execução provisória da reprimenda.

Ademais, narra o decreto de prisão preventiva que a Paciente *"atualmente cumpre pena no presídio Francisco d'Oliveira Conde. As investigações relatam que a representada, durante a operação, negociou droga com LORIN, a esposa do*

investigado realizou a entrega do entorpecente" (fl. 99).

Ressalta o decreto prisional, ainda, que a Paciente faria parte de grande rede de tráfico de drogas intermunicipal e interestadual, responsável pelo comércio ilícito em larga escala com enormes movimentações financeiras. Inclusive, as investigações que desbarataram a organização criminosa tiveram início quando foram apreendidos com o corréu 52kg (cinquenta e dois quilos) de pasta base de cocaína.

Desse modo, em juízo de cognição sumária, não vislumbro o *fumus boni iuris* do pedido de prisão domiciliar porque, apesar de a Acusada ser, de fato, mãe de filhos menores de 12 (doze) anos de idade, a reiteração criminosa inviabiliza a substituição do encarceramento preventivo pelo domiciliar, nos termos dos precedentes desta Corte.

No mesmo diapasão:

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSIDERÁVEL QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. HISTÓRICO CRIMINAL DA AGENTE. REITERAÇÃO. RISCO EFETIVO. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR DO ART. 318, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FILHOS MENORES DE 12 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE REINCIDENTE. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Não há constrangimento quando a manutenção da custódia preventiva está fundada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente se acautelar a ordem e a saúde públicas, diante das circunstâncias em que ocorrido o delito e do histórico criminal da agente.

3. A quantidade de entorpecente capturado em poder da agente e o fato de ser reincidente específica, inclusive tendo fugido quando do cumprimento da pena, revelam maior envolvimento com a narcotraficância, autorizando a prisão preventiva.

4. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Habeas Corpus Coletivo n. 143.641/SP, fixou diretrizes para que a prisão domiciliar seja imediatamente aplicada às mulheres preventivamente custodiadas, desde que gestantes, puérperas ou mães de crianças ou deficientes, inclusive com reavaliação de todos os processos em curso no território nacional, salvo casos excepcionais a serem justificados pela autoridade competente.

5. No presente caso, mostra-se incabível a substituição da prisão

preventiva por domiciliar, pois, em que pese a condição de mãe de crianças menores de 12 (doze) anos, verifica-se que a paciente é reincidente específica, estando, pois, inserida nas exceções à regra estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do habeas corpus coletivo.

6. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 454.110/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 16/11/2018)

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de reconsideração.

Requisitem-se novamente informações pormenorizadas ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de origem, **especialmente sobre o eventual acolhimento, por parentes, do filho menor da Paciente**; deverão, também, juntar cópia de denúncia, da folha de antecedentes da denunciada e informar a senha para obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora